



Programa de formação permanente

Ordem dos Agostinianos Recoletos

6. O desenvolvimento da comunidade



DESENVOLVIMENTOS DA VIDA COMUNITÁRIA NA ORIGEM DA ESPIRITUALIDADE MENDICANTE

O título, em si, dá a entender a possibilidade de abordar diversos elementos através de múltiplos caminhos. Isso porque, ao se pensar em desenvolvimentos da vida comunitária, podem vir-nos à mente diversos aspectos que, se organizados com uma particular sistematização, ajudam a perfilar os elementos mais significativos da vida comunitária, experiência essencial numa espiritualidade particular, em nosso caso, na espiritualidade mendicante.

O caminho que percorreremos neste contributo, situando-nos no quadro dos processos que está a viver, no presente momento, a Ordem dos Agostinianos Recoletos, pretende centrar-se em alguns aspectos da época histórica em que se configurou a vida mendicante como uma maneira concreta de consagração a Deus na Igreja, para o serviço da humanidade. Faz-se essa opção pensando, talvez muito idealizadamente, que o mais puro de alguma coisa está em sua origem, no momento histórico em que se manifestou como experiência carismática nova, respondendo a uma situação concreta que se vivia. No caso da espiritualidade mendicante e dos desenvolvimentos da vida comunitária, devemos situar-nos no

que se pode chamar de apogeu cristão medieval, momento histórico entre os séculos XI e XIV, mas sem a precisão milimétrica de um plano cartesiano, e sim considerando a amplitude das durações históricas.

Sobre essa base, o presente artigo se organiza em dois momentos. No primeiro, faz-se uma proposta de contextualização, tendo a escolástica e o humanismo como pontos de referência, principalmente este último, porque os mais amplos desenvolvimentos da vida comunitária, em nossa compreensão, ocorreram quando as ordens mendicantes já se achavam organizadas. No segundo momento, apresentamos de forma muito global a origem e a conformação de cinco manifestações de vida consagrada, localizadas no mencionado apogeu cristão, as quais, em si mesmas, nos permitem coligir cinco desenvolvimentos da vida comunitária.



1. PROPOSTA DE LOCALIZAÇÃO CONTEXTUAL

Depois da queda do Império Romano do Ocidente, Constantinopla converteu-se na cidade em que mais facilmente se podia viver, devido a diversas situações que a história apresenta com todo o luxo de detalhes. O intercâmbio comercial com essa cidade trouxe ao Ocidente um desejo de luxo, de lucro e um egoísmo refinado. Isso gerou um estado de coisas que afetaria várias regiões da Europa e vários grupos sociais. O clero não era alheio a esses problemas, sobretudo no que se referia à sexualidade e à suntuosidade, patrocinadas pelo alto custo dos atos litúrgicos, pelos custosos trajes e pelos jogos de azar praticados em certos lugares. No fim do século XII, a qualidade pastoral dos Bispos era baixa, devido ao luxo que começaram a cultivar, à falta de correção dos vícios e à criação de novas formas de ingressos.

Essas deficiências ocasionaram a perda da piedade laical e o descenso vocacional e espiritual. A Igreja, institucionalmente falando, caiu num abismo de imoralidade, já que, em vários ambientes, havia desordens disciplinares. Essa era, de forma esquemática e quase caricatural, a realidade da sociedade e da Igreja durante alguns séculos da Idade Média, no marco histórico em que nasceria a espiritualidade mendicante.

Nesse mesmo período, existiram colegiadas e comunidades de cônegos regulares. Os cônegos regulares nasceram da inquietude que os clérigos tinham de congregar-se e de viver comunitariamente sob um cânon ou regra, razão pela qual a vida em comum se converteu numa fonte de inspiração. Os regulares se assemelhavam aos antigos cônegos organizados pelo Sínodo de Aquisgrão, de 816, quando viviam em comunidade para cantar o ofício divino sem subtrair-se à jurisdição do Bispo, nem viver a pobreza dos monges. Esse movimento canonical fortaleceu-se com a reforma gregoriana que triunfou em torno ao celibato e impulsionou a vida monacal entre os clérigos. Outra diferença entre os cônegos e os monges era que os cônegos podiam sair para pregar, como mais adiante fariam as ordens mendicantes.

O homem do clero considerou desde sempre a conveniência da vida comum, porque nela encontra um ponto de apoio tanto espiritual como material. A reforma dos cônegos também teve seu início seguindo esse propósito, mas, pelas debilidades humanas, tal projeto se frustraria. Frente a isso, surgiu a resposta de congregações que queriam viver mais austeramente a vida religiosa através da vida comum e um carisma determinado, servindo a Igreja a partir de uma atividade concreta.

Como toda reforma, foi dura em seus inícios e trouxe como consequências vários extremismos e revoltas que, com o passar do tempo, seriam remediados, embora não certamente solucionados, e por isso se sabe que, por trás de toda reforma, existiu e pode existir uma lassidão que leva a desvirtuar a vivência cristã da mensagem evangélica. Em certo sentido, existem ainda escolhos que surgem e levam consigo um aguilhão que chega a desgarrar as entranhas da Igreja.

1.1. O humanismo, uma resposta à estrutura do homem medieval

Para falar do humanismo e de suas raízes, devemos ter um conhecimento e uma definição daquilo que, com esse termo, se quer dar a entender. O termo “humanismo” pode aplicar-se a um movimento surgido na Itália e estendido, posteriormente, a outros países, caracterizado por herdar tradições dos mestres medievais de gramática e retórica, às quais acrescentava a insistência no estudo dos autores latinos e gregos. Por isso, era entendido como um dos elementos da filosofia naquele então.

Hoje, o humanismo é entendido como uma cosmologia, uma nova visão do mundo e do homem, que tratava de superar o sistema ideológico medieval para completar o que se julgava faltar nele. O humanismo buscava a afirmação do homem e sua libertação de servidões para viver de acordo com a natureza e as leis divinas. Inicialmente, o humanismo não foi visto como cristão, porque o pensamento clássico se opunha aos fundamentos da visão escolástica e da tradição cristã¹. Fala-se hoje de humanismo também para fazer referência a certas tendências filosóficas e denominar algum ideal humano.

Para alguns autores, o humanismo é a filosofia do Renascimento ou uma nova filosofia do Renascimento, oposta à escolástica. Há ainda autores que o entendem numa perspectiva filológica, literária e naturalista. No que se refere ao sentido naturalista, o humanismo adquiriu um sentido diferente, que não lhe fora dado antes. Daí se deriva a palavra *humano*, ressaltando-se a contraposição entre o nome natural e o conceito sobrenatural cristão e medieval. Por isso, assume-se como sendo o modo de o homem, como tal, comportar-se².

O humanismo deve ser localizado em meio a duas épocas que marcam a história: a Idade Média e a Idade Moderna. Na Idade Média, predominava uma concepção geocêntrica. Mais à frente, prescinde-se dela para dar lugar ao antropocentrismo e ao naturalismo. Dá-se uma ânsia de poder, esquece-se da natureza em que se podem ver as coisas criadas por Deus, passa a predominar a

¹ Cf. V. Vázquez, *Historia Universal. VII. Renacimiento, Reforma, expansión europea*, EUNSA, Pamplona 1981, 61.

² Cf. G. Fraile, *Historia de la filosofía. III. Del Humanismo a la Ilustración*, BAC, Madrid 1966, 23.

atividade do homem, cultivava-se o sentimento do belo e do culto, obviando o bom e o santo³. Os humanistas, com o termo *humanitas*, expressavam a ideia que o homem tinha de si mesmo para realizar-se intelectual, moral, religiosa, física e esteticamente.

Com o humanismo, viveu-se um conflito com a vida religiosa ao cultivar-se uma nova religiosidade, que levaria à rejeição da teologia, houve uma crise teológica e as relações Igreja-Estado tornaram-se conflitivas. Fraturou-se o poder espiritual do império e, por isso, nasceram as nações. Apareceu assim o humanismo, que proliferou abundantemente e propôs uma reforma com suas consequências⁴.

Devemos levar em conta que a etapa do humanismo significou uma época de expansão demográfica, reajustes sociais e prosperidade econômica. Dita etapa pode ser classificada entre os períodos de expansão e transformação econômica, mudança de atitudes psicológicas, intelectuais e religiosas, e de mobilidade social. Foi comum que, na Europa, ocorressem contrastes bruscos nas situações econômicas, tensões sociais graves, camufladas por comoções políticas ou religiosas. Por volta do século XVI, as mudanças sociais facilitaram a difusão de ideias subversivas ou de doutrinas religiosas, nas quais se procuravam esperanças, finalmente não alcançadas, incluídas as relativas à realidade econômica⁵.

Sempre se tratou de criticar o trabalho dos humanistas, derrubando-se as suas teorias, porém alguns autores bem o dizem: não se pode insistir na superficialidade, frivolidade, imoralidade, paganismo e irresponsabilidade de alguns humanistas, mas temos de reconhecer as contribuições que deram à cultura. Uma das suas atividades primárias foi a recuperação dos textos literários e filosóficos da Antiguidade e a recuperação dos monumentos da cultura clássica.

Também se reconhece que recuperaram os códices esquecidos e abandonados nas antigas bibliotecas monásticas e catedralícias. O esforço dos humanistas para reencontrar as fontes antigas vinha desde a ruína do Império Romano. Puseram-se a caminho ao longo da Europa, atrás dos tesouros literários antigos nas velhas bibliotecas medievais. Formaram-se assim as bibliotecas renascentistas e as coleções de códices, joias, medalhas, estátuas e monumentos da Antiguidade⁶.

Não se deve esquecer que os humanistas defendiam que o humanismo não era simplesmente um retorno à vida antiga, mas a confiança otimista na capacidade do homem para praticar virtudes e desenvolver novas e importantes atividades que o ajudavam em seu crescimento intelectual. O humanismo cristão católico,

³ Cf. F. Peña Beltrán y J. J. Sáenz, *Filosofía medieval del Renacimiento*, USTA, Bogotá 1977, 319-320.

⁴ Cf. J. Marías, *Historia de la filosofía*, Revista de Occidente, Madrid 1981, 182.

⁵ Cf. V. Vázquez, *Historia Universal...* 26.

⁶ Cf. G. Fraile, *Historia de la filosofía...* 35.

entretanto, afirmou a grandeza da razão humana para crescer e esclarecer a fé, defendendo a liberdade como característica do arbítrio⁷.

Por fim, a ciência da Idade Média ostenta o nome de “escolástica”, ciência escolar, que se enquadra muito bem nas tarefas que se propõe. Pedro Abelardo e outros mestres professam as disciplinas filosóficas; Hugo de São Vítor e Pedro Lombardo, as disciplinas teológicas. O conhecimento das obras de Aristóteles deu um impulso extraordinário à especulação ocidental, embora estas, a princípio, mais se utilizassem como afirmação e adorno do que como fundamento da síntese doutrinal católica⁸. Os estudos caracterizavam-se em suas primeiras épocas e fontes, pela extensão, profundidade e independência de critério.

1.2. Humanismo e religião

Considerando que o humanismo era um movimento que buscava libertar o homem, através do descobrimento de valores morais e intelectuais, adaptando-os às necessidades do tempo, pode-se compreender sua nova proposta sobre a concepção de homem, de mundo e de Deus. Queriam propor acerca disso uma teologia nova, que fundisse a tradição escolástica e as correntes humanistas.

Pode-se dizer que Nicolau de Cusa foi o precursor desse intento, de formar um sistema religioso em que se pudessem integrar as religiões. Apoiado em conhecimentos matemáticos, filosóficos e físicos, aspirava a uma síntese que mudaria a visão científica do mundo sobre a base da teologia mística e da inspiração neoplatônica. Para ele, judaísmo, cristianismo e islamismo eram aspectos de um mesmo caminho para Deus.

Outro que, com seu pensamento, pretendia demonstrar que Platão e o neoplatonismo conduziam a Cristo foi Marsílio Ficino. Pensava que a restauração platônica formava parte de uma apologética⁹.

Pico della Mirandola deu forma definitiva a um humanismo cristão, com seu gosto pela exegese, sua filosofia nem sempre otimista, suas interpretações nem sempre sujeitas ao dogma, seu apego às experiências místicas do cristianismo, seu desejo de uma Igreja mais simples, razão pela qual defendia a colaboração do homem com Deus.

O cônego regular Timóteo Maffei assegurou que os estudos humanistas não se opunham à Igreja. Na mesma linha, Nicolau V aparece na história como um autêntico humanista, que pretendia latinizar e romanizar a ciência grega. Sua

⁷ Cf. L. Suárez, *Humanismo y Reforma católica*, Libros MC, Madrid 1986, 161.

⁸ Cf. AA. VV., *Enciclopedia Universal Ilustrada*, IX, Espasa Calpe, Barcelona 1245.

⁹ Cf. V. Vázquez, *Historia Universal...* 122.

máxima preocupação, por isso, eram as traduções, para ter à mão um material de apoio que lhe permitisse impulsionar o trabalho já iniciado¹⁰.

Tudo isso leva a pensar que, para os humanistas, o sentimento e a inquietude religiosa faziam parte da concepção do homem depois de Cristo. O homem criado à imagem e semelhança de Deus pode demonstrar suas capacidades de inteligência e vontade, de opção e liberdade. Eles procuraram fundamentar um novo método teológico baseado nas fontes. A Escritura e a tradição patrística eram capazes de libertar a teologia de seu formalismo escolástico. A teologia, nesse humanismo, caracterizava-se por uma fé interior, sincera e consciente, que buscava Cristo para descobrir o Evangelho¹¹.

O humanismo criou um modelo de homem diferente do que se propusera, tendo sido menores o crescimento interior e a transformação do espírito do que a ganância. O homem era um conhecedor de muitas coisas e, com sua sabedoria, quebrava a dependência das bibliotecas e podia fazer contribuições com seus escritos e seu pensamento, ainda profundamente religioso.

É importante reconhecer que o propósito dos humanistas foi criar uma filosofia cristã e, por isso, baseavam-se eles nos princípios da fé, que se convertiam em postulados filosóficos, embora isso não tenha sido mais que um ideal, pois nem tudo se fez realidade¹².



¹⁰ Cf. R. Villoslada, *Historia de la Iglesia Católica*, III, BAC, Madrid 1960, 354.

¹¹ Cf. A. Duè y J. M^a. Laboa, *Atlas histórico del cristianismo*, San Pablo, Madrid 1988, 202-203.

¹² Cf. L. Suárez, *Humanismo...* 171-172.

2. UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTOS COMUNITÁRIOS

Em minha compreensão, uma das maneiras de entender os desenvolvimentos comunitários na espiritualidade mendicante é fazer uma abordagem histórica da origem dos diversos movimentos religiosos que se apresentaram quando dita espiritualidade se estava conformando.

A idade gregoriana iniciara um processo de reforma, almejando a formação do clero e a liberdade da Igreja. O processo de reforma monacal começara com Cluny e Lorena. Por volta de 1100, o monacato beneditino não tinha necessidade de reforma e, por mais que sua força inicial estivesse dando sinais de esgotamento, ainda tinha um alto nível espiritual, social e econômico. Por isso, entende-se a reforma como uma nova orientação.

Durante vários séculos, ninguém duvidara de que o monacato era a melhor imitação de Cristo e a realização do ideal da Igreja primitiva. De fato, os monges tinham um papel preciso a desempenhar no interior da sociedade: eles eram uma das ordens em que se estratificava a sociedade: oradores, veladores ou defensores e trabalhadores.

A reforma gregoriana também chegaria aos leigos, com isso se fortaleceram três ideias para entender os movimentos religiosos: pobreza radical, vida eremítica e pregação itinerante. Surgiu então um movimento religioso que uniu esses três elementos no interior de uma forma particular de vida comum. Nem tudo caminhava pela senda da ortodoxia, já que às vezes se constataram tendências não eclesiais e heréticas, embora não seja fácil fazer uma justa apreciação de tais movimentos, porque os confins entre a reforma e a heresia eram vagos, toda vez que, no interior de uma reforma, podia-se chegar a pontos radicais que destruíam a orientação genuína.

No meio dos extremos, encontraram-se movimentos de reforma como era o caso do nobre Estêvão de Muret (+ 1124), que afirmava que a única e verdadeira regra para Deus era o Evangelho, já que as regras existentes costumavam andar pela rama.

2.1. Os eremitas

O aspecto mais representativo dos movimentos religiosos medievais foi a pobreza. Por volta do ano 1100, apareceriam na França os *pauperes Christi*, que viviam uma pobreza radical e real, tendo como ideal de vida a imitação de Cristo. Utilizavam o Evangelho de Mateus, cujos discursos se aplicavam à Igreja oficial, estigmatizando as pessoas ricas por sua hipocrisia. Entre esses pobres, havia dois

ideais: o pregador, que convida à penitência, convertendo-se em guia espiritual, e o eremita, que buscava uma vida simples na solidão e, por isso, convertia-se em modelo.

Chama atenção o florescimento da vida eremítica cujos exemplos, desde o século XI, se estenderiam pela Europa a partir da Toscana e de Ravena, como é o caso de São Romualdo (+ 1026), um homem carismático e pouco teórico, que daria a São Pedro Damiano o ensejo de organizar uma congregação de eremitas, ao escrever este para seus irmãos a vida de São Romualdo e fornecer-lhes novo modelo a imitar. Os escritos de São Pedro Damiano seriam o fermento do ideal eremítico: uma comunidade estável que vivia em pobreza e solidão. Esse novo estilo monástico deslocou-se da Itália à França, onde se desenvolveria a ponto de tornar-se um elemento típico da França daqueles tempos.

O eremitismo francês era menos afim à ideia da estabilidade no lugar, por isso se confunde com a noção de pregador itinerante, que vive nos campos e atrai um crescente número de pessoas que viviam ao redor dele. Tal é o caso de Roberto de Arbrissel (1045-1116), filho de um pároco, que ao redor de 1078 estudara em Paris e fora ordenado sacerdote. Em 1095, começou como pregador itinerante e, em 1096, recebeu de Urbano II o mandato de pregar moderadamente. Em 1098, fundaria uma comunidade em Fonterault. Posteriormente, fundaria ainda outras comunidades que confiava ao cuidado de viúvas que o tinham seguido, continuando a sua vida como pregador itinerante e erigindo outras comunidades, sempre dirigidas por mulheres. Seus inimigos, como o Bispo de Reims, criticaram-no como violador das normas vigentes. Dito Bispo fez-lhe em uma carta acusações muito duras por sua escandalosa familiaridade com mulheres.

A direção espiritual e institucional do monacato era vaga e quase sempre começou com uma fase eremita, pobre e ascética. Quanto à regra seguida, há três elementos a considerar: a *Regra de São Bento* não era aceita por todos devido às diferenças institucionais, a *Regra de Santo Agostinho* era aceita com menos problemas porque dava mais liberdade à organização, outros escreveram regras particulares porque nenhuma das duas lhes satisfazia.

Um caso particular é Gilberto de Sempringham, que fundou um mosteiro em que as monjas observavam a *Regra de São Bento*, os monges a *de Santo Agostinho* e os religiosos não cônegos seguiam uma própria. É importante levar em conta no interior do novo monacato a presença feminina, que nem sempre foi aceita pelas diferentes congregações.

2.2. Os cistercienses

De um grupo de eremitas de Colan, surgiram os cistercienses¹³, que se caracterizam pela estrita observância da *Regra de São Bento*. O centro mais conhecido foi Citeaux. As fontes são partes de algumas cartas papais e episcopais que se encontram no mosteiro de Molesmes. Existem dois textos principais: um narrativo, o *Exordium parvum*, e outro constitucional, a *Carta caritatis*.

O *Exordium* é uma introdução ao texto constitucional. Como tal, não forma um texto independente, mas faz parte de um corpo mais amplo, usado para expressar seu ideal. O problema incide sobre a historiografia, porque ambos os textos têm mais de uma redação: o *Exordium* apresenta duas (1130 e 1135); a *Carta* também tem duas: a primeira saiu quando a nova observância era praticada em poucos mosteiros e foi apresentada por Estêvão a Calisto II em 1119, a segunda data dos anos compreendidos entre 1165 e 1194, quando Citeaux já tinha cedido o lugar a um Capítulo Geral.

Os inícios de Citeaux estão impregnados pela ação dos primeiros abades. Roberto de Molesmes é o típico representante do monacato do século XI, que, depois de sair de vários mosteiros e levar vida eremítica, fundou um mosteiro em Molesmes. Descontente com o rumo que tomaria a fundação, abandonou-a em companhia de outros monges, por volta de 1098, dirigindo-se a Citeaux, onde fundou outro mosteiro. A comunidade de Molesmes e os senhores feudais do lugar obtiveram, através de um documento papal, o regresso de Roberto, que seria, durante séculos, considerado como traidor, tendo morrido em Molesmes, em 1111.

Sucedeu a Roberto o abade Alberico, que daria fisionomia própria ao instituto, aproveitando um privilégio papal de 1100. A forma de vida estava inspirada em São Bento e o novo abade criaria um *scriptorium* para copiar os livros necessários à sua independência intelectual e litúrgica.

O terceiro abade de Citeaux foi Estêvão, a partir de 1109, tido como o verdadeiro fundador, já que lhe imprimiu um caminho através da estrita observância da *Regra de São Bento* (*rectitudo, puritas et regula ad litteram*).

Os cistercienses aplicaram essa concepção nos diferentes campos de sua vida: liturgia, trabalho, renúncia aos privilégios e construção de mosteiros em lugares desérticos que tinham um templo sem adornos e exclusivamente para os monges. As constituições da Ordem foram fixadas pela *Carta caritatis* com três elementos estáveis: autonomia abacial como uma reação à congregação de Cluny, princípio de filiação ou relação permanente com a abadia-mãe através do direito e

¹³ Cf. L. J. Rogier (dir.), *Nueva historia de la Iglesia*, III, Cristiandad, Madrid 1977, 221-224.

obrigação da visita canônica, e um Capítulo Geral anual em Citeaux, que tomava as decisões e ao qual assistiam todos os abades.

O fato mais notável durante o tempo do abade Estêvão foi o ingresso de Bernardo de Claraval, em 1113, com mais trinta companheiros. Esse ingresso mudou radicalmente a situação de Citeaux, porque deu origem a um movimento de expansão. Em 1115, Bernardo foi nomeado abade de Claraval e, quando morreu em 1153, era pai de sessenta e oito mosteiros em linha direta e de cento e sessenta e quatro se foram contadas as fundações feitas através das árvores genealógicas do Cister. Bernardo de Claraval foi e é famoso não só por ter sido abade, mas também por seu refinado estilo para escrever, sua alta espiritualidade e suas relações políticas com os líderes daquele tempo. Seria canonizado em 1174.

2.3. Os militares

Para a história da Igreja, foi vital a criação da hierarquia latina no Oriente, que contou com dois patriarcados: Jerusalém e Antioquia, e com diversas arquidioceses e dioceses criadas mais por questão de prestígio que por necessidade pastoral. Pelos anos trinta do século XII, a Igreja Latina Oriental contava com trinta dioceses desde a Cilícia até o Mar Vermelho. A presença de latinos e ortodoxos criou uma situação particular de coexistência dos dois ritos, o que não se entendia muito facilmente, muito menos quando também havia mosteiros de ambos os ritos.

A Igreja Latina era monástica e importada, porque os que cuidavam dos lugares santos eram, em sua maioria, monges e europeus. Por isso se diz que sua maior contribuição foi a fraternidade surgida em torno do Santo Sepulcro e o nascimento de duas formas religiosas: a hospitalária e a militar, dentre as quais: os Hospitalários de São João, os Cavaleiros Teutônicos, os Cavaleiros de São Lázaro e os Templários. As duas primeiras instituições ainda existem, as duas últimas já desapareceram.

Os Hospitalários de São João existiam desde antes das cruzadas. Os amalfitanos criaram um hospital regido por monges ocidentais de tradição beneditina, que se faziam chamar servos dos pobres de Cristo e sua missão era ajudar os peregrinos que chegavam à Terra Santa. Em tempos do grão-mestre Geraldo, converteram-se numa Ordem com ideais muito próximos aos da reforma gregoriana. Em 1113, receberam de Pascoal II (1099-1118) um privilégio, *Institutos ad propositus*, e sob a influência dos Templários, tornaram-se uma ordem militar que tinha três tipos de religiosos: militares, enfermeiros e eclesiásticos. Hoje em dia, são os Cavaleiros de Malta. O hospital que dirigiam em Jerusalém tornou-se modelo para o Ocidente e cobria seus gastos graças a doações que recebia de lá.

Os Templários¹⁴, desde o início, eram militares. Seu fundador, o cavaleiro Hugo de Payns (+ 1136), juntou-se, em 1119, a oito companheiros para criar uma comunidade religiosa de leigos cujo objetivo era o de defender os caminhos por onde passavam os peregrinos que iam para Jerusalém. O grupo obteve apoio do Rei de Jerusalém, Balduíno II, que lhes doou como sede um lugar próximo ao Templo de Jerusalém, razão pela qual começaram a ser chamados de Irmãos da milícia do Templo. Com o apoio de São Bernardo de Claraval, que escrevera *De laude novae militiae ad milites templi*, o Sínodo de Troyes (1128) aprovou sua regra que, em 1130, foi completada por Estêvão de Jerusalém. Foi uma ordem militar que durou até que, em 1312, Clemente V a suprimiu, sob a pressão de Filipe IV, o Belo, depois de um escandaloso processo.

2.4. Os cônegos

Sua força, ainda desconhecida, conduziu a que as colegiadas fossem vistas de outra maneira. Em sua história medieval, ocorreram algumas fases que podem esquematizar-se em três ideias básicas.

A distinção entre monges e cônegos data da reforma carolíngia, quando o Bispo Crodegango de Metz escreveu uma regra para cônegos e, depois do Sínodo de Aquisgrão, foi publicada a *Institutio canonicorum* ou *Regra de Aquisgrão*. Conforme essas normas, os cônegos não estavam obrigados a um voto particular, nem à pobreza pessoal. Viviam vida comum não muito rigorosa e uma liturgia solene num templo próprio.

O Concílio de Latrão de 1059, no pontificado do Papa Nicolau II (1059-1061), apresentou o ideal da vida comum com pobreza pessoal ao estilo da Igreja primitiva. Esse ideal não era novidade porque, na Germânia, já se praticava, como no caso de Bamberg e de Heilsdesaing antes da reforma gregoriana. Na França e na Itália, as coisas eram diferentes porque, como não existia o apoio dos monarcas, alguns Bispos e eremitas apoiavam esse movimento, como é o caso de João de Cessena, que, por volta de 1042, reformou o clero de sua diocese através de um documento que apresentava uma teologia da vida clerical situada entre leigos e monges para ser mais próxima à dos Apóstolos.

As ideias de Ravena foram difundidas por São Pedro Damiano, que propunha renunciar a São Bento para regressar à vida apostólica. Esse modelo foi adotado por Gregório VII, que foi o promotor da “monaquização” dos cônegos. No fim do século XI, não se alcançou muito êxito devido ao problema das investidas.

Com Urbano II (1088-1099), deu-se o passo decisivo, porque algumas colegiadas foram postas sob a proteção pontifícia, dando-se aos cônegos uma

¹⁴ Cf. J. Mestre, *Los templarios*, Círculo de Lectores, Barcelona 1999.

atribuição particular, tal como se expressa num privilégio que, em 1092, se concedeu à colegiada de Rottenburg. Nesse documento, aparece pela primeira vez uma referência explícita à *Regra de Santo Agostinho*, que até esse momento desempenhara modesto papel na vida religiosa. Urbano II apresenta Santo Agostinho como autor de uma regra que se devia observar, formada por duas partes: o *praeceptum* e o *ordo monasterii*. O primeiro era uma orientação espiritual, o segundo, uma série de normas ascéticas: jejum, silêncio, trabalho, ofícios corais, ordenação litúrgica. De acordo com Verheijen, o *praeceptum* foi escrito por Santo Agostinho, ao passo que o *ordo*, por Santo Alípio¹⁵.

Nos séculos XI e XII, ambos os textos eram considerados de Santo Agostinho e devido a isso, começaram os problemas, porque alguns somente aceitaram o preceito, tomando o nome de “ordem antiga”, outros aceitavam as duas partes e tomaram o nome de “ordem nova”. Na Alemanha, foram aceitas ambas as partes; na França, na Itália e na Espanha, somente o *praeceptum*.

Dentro dos cônegos, destacou-se Norberto de Xanten, nascido em 1080 e destinado desde a infância ao estado clerical, sendo cônego de São Vítor. Em 1115, foi ordenado sacerdote e começou sua vida como pregador itinerante, dirigindo-se à Alemanha. Como foi cominado ali a apresentar-se a um Sínodo, retirou-se à França, onde recebeu permissão de Gelásio II (1118-1119) para pregar. Em Nantes, cuja colegiada reformou, reuniu alguns discípulos e, com licença do Bispo, dirigiu-se a um campo. Pelo ano 1120, fundou em Prémontré uma comunidade de cônegos eremitas, que, no ano seguinte, começaria a viver sob a regra agostiniana, conhecida como *ordo monasterii*.

Depois de 1121, Norberto continuou sua pregação itinerante, fundou outros mosteiros e, em 1126, foi nomeado Arcebispo de Magburgo. Esse fato mudaria a sua vida e a da Ordem, já que se converteria num Bispo imperial, que não se preocupou mais com sua fundação, a ponto de ganhar vários inimigos, para os quais seria ele um traidor do ideal de “pobre de Cristo”. Como Arcebispo, encarregou a pregação em seu território a várias comunidades premonstratenses, que, junto aos cistercienses, estenderiam a influência ocidental à Europa oriental. Morreu em 1134, depois de levar uma vida que semeou inquietude em sua época.

2.5. Os mendicantes

No século XIII, tudo mudava na sociedade europeia e a progressiva riqueza criaria um ambiente de materialismo a que se opuseram os movimentos pauperistas. Alguns desses movimentos derivaram à heresia. Outros deram origem

¹⁵ Cf. L. Verheijen, *La règle de Saint Augustin. I. Tradition Manuscrite. II. Recherches Historiques*, Paris 1967.

às ordens mendicantes, que nasceram em tal contexto: franciscanos, dominicanos, carmelitas e agostinianos, quase todas dedicadas à pregação.

Inocência III empenhou-se desde o começo de seu pontificado em renovar a vida monástica da Igreja, já que as abadias beneditinas se encontravam em crise econômica e religiosa, o mesmo se diga das ordens reformadas do século anterior: cistercienses e cônegos regulares. Por isso, as ordens mendicantes podem ser vistas como um aspecto da reforma eclesial proposta por Inocência III.

Entre as características dos mendicantes, destacam-se: pobreza individual e coletiva, atividade pastoral e o fato de não haver estabilidade monacal, governo central, formação metodológica e teológica, além da criação de uma terceira ordem de leigos que colaboravam no ministério. O mérito consistiu em apropriar-se da ideia de uma vida simplesmente evangélica na Europa, compatível com a submissão ao pontificado, e em transformar a prática pastoral, porque os novos monges passaram a ir ao encontro do homem para persuadi-lo. Por esse motivo, os templos dos mendicantes eram espaços em que os cidadãos podiam reunir-se e onde, às vezes, se organizavam pregações públicas. Daí que os conventos sejam elementos típicos das cidades medievais.

Além disso, desenvolveram a filosofia e a teologia, impulsionando a piedade cristã, a ponto de os franciscanos terem mudado a ideia de cruzada pela prática da via-sacra. Dessa época provém o conhecido dístico: Bento preferiu os montes, Bernardo os vales, Francisco as cidades pequenas e Domingos as grandes.

Enfim, “enquanto os cluniacenses, os cistercienses e os premonstratenses responderam à sociedade feudal, mormente agrícola, e as ordens de cavalaria trataram de assumir uma tarefa semelhante na conjuntura excepcional das cruzadas, as ordens mendicantes tiveram que responder aos dois desafios anteriores e, além disso, a outras duas necessidades que começavam a manifestar-se: a pregação e o testemunho religioso no mundo urbano, e a pregação e o testemunho religioso ante as primeiras heresias do mundo medieval”¹⁶.

¹⁶ F. Pierini, *La Edad Media. Curso de Historia de la Iglesia*, II, San Pablo, Madrid 1997, 125.



2.6. Os mendicantes, mestres e homens de cultura

O Papa Inocência III mostrou-se convencido de seu poder como Vigário de Cristo e de seu dever de salvar almas, por isso preocupou-se com as cruzadas e com a reforma moral da Igreja. Entre suas principais atividades pastorais, destacam-se o restabelecimento do equilíbrio entre o poder romano e as autoridades locais, a eleição episcopal e a descentralização do poder romano. Para realizar seu desejo de reforma eclesiástica, convidou os leigos e o clero à prática das virtudes cristã; aos Bispos, a uma pureza maior em sua conduta e ao zelo apostólico; e aos religiosos, a uma observância maior das regras monásticas. Realizou ainda mudanças no interior da cúria romana, como a supressão de

diversos postos nobiliárquicos, o castigo a funcionários dedicados a falsificar bulas e a promoção da honestidade.

Tudo parece indicar que, aborrecido pela insolência dos Bispos e convencido de que o monge não deveria guardar totalmente para si e seus irmãos de religião os dons divinos recebidos, lançou um convite a que monges e cônegos se fizessem pregadores com sabedoria e humildade. Eis o contexto do nascimento dos dominicanos como uma ordem de pregadores.

A sociedade não ficou para trás e, por isso, estamos ante o segundo motor da reforma, que tem sua fonte nos fiéis cristãos, entre os quais, devido à riqueza de muitos dos membros da Igreja, surgiu uma atitude crítica e um desejo de mudança. Nesse desejo laical de reforma, surge um grupo de hereges e outro de rebeldes desejosos de levar uma vida de pobreza mais consequente com a pregada e vivida por Cristo, que geraram diversas situações e atitudes na Igreja, originando os movimentos pauperistas.

Dentro da Igreja, surgiram também algumas almas piedosas desejosas de fazer frente à situação de imoralidade que existia no interior da esposa de Cristo, encarnar mais vivamente a pobreza vivida por Jesus Cristo e contestar os erros propalados pelas heresias do momento.

Essas tendências engendraram uma transformação da Igreja, similar às ideias de reforma de Inocêncio III, originando um novo tipo de vida religiosa que não dependia do trabalho de suas mãos para ganhar o sustento diário, porque se vivia da caridade pública, dedicando-se à instrução do povo e ao ensino em centros culturais. Esses grupos, por sua finalidade e organização, deviam professar uma pobreza estrita, tanto individual como coletiva, já que seus conventos deviam renunciar à posse de bens de raiz e a rendas. Sua sobrevivência dependia do povo. Entre esses grupos, encontram-se outras ordens mendicantes.

Por isso se diz que, frente às dificuldades da comunidade eclesial, surgiram as ordens mendicantes, que, sem ser a solução para os problemas da Igreja, provocaram uma reflexão e uma avaliação da relação entre os fiéis e a institucionalidade eclesial. “As ordens mendicantes foram a resposta da Igreja ao convulso movimento pauperista do século XII. Dito movimento perturbou gravemente a vida da sociedade e da Igreja, mas, ao mesmo tempo, comoveu profundamente as consciências e introduziu nelas desejos sinceros de reforma religiosa”¹⁷. A dificuldade estava em que os religiosos deviam enfrentar um mundo em que nascia a burguesia, o capitalismo e as heresias, e que a mais de um fazia claudicar ante a doutrina da Igreja.

¹⁷ A. Martínez Cuesta, *Historia de los agustinos recoletos. I. Desde los orígenes hasta el s. XIX*, Augustinus, Madrid 1995, 107.

Dada a preocupação do Papa Inocêncio III, convocou-se o IV Concílio de Latrão, com o compromisso de reformar a vida monástica da Igreja¹⁸. O Papa pôs-se à frente dessa difícil, mas esperançosa tarefa, pedindo aos diversos movimentos religiosos que examinassem as dificuldades que havia em seu interior e voltassem às fontes da comunidade. Eis porque se diz que Inocêncio III foi o iniciador do contato do papado com os movimentos de vida apostólica¹⁹. Outro dos acertos de Inocêncio III foi aceitar os movimentos reformadores, exigindo, porém, que sua regra e forma de viver fossem aprovadas pela Igreja.

Cabe ressaltar que os monges foram os que estiveram em condições de refutar as doutrinas heréticas, já que seu trabalho principal era a oração e o estudo. Graças a este último, podemos contar hoje com livros de autores antigos e medievais, pois os monges conservavam com zelo as obras que eram um valor e um patrimônio da Igreja.

O principal ideal que guiou as ordens mendicantes era a pobreza evangélica. Junto a isso, achava-se a exigência do apostolado e dos estudos, mas, em pouco tempo, descobriu-se a inviabilidade de ideal tão elevado, bem como a absoluta necessidade de retocá-lo²⁰. Assim, por exemplo, os dominicanos começaram a aceitar legados em dinheiro e a adaptar-se às regras da economia monetária; os franciscanos viram-se obrigados a recorrer a procuradores leigos e a outras situações jurídicas. Isso quer dizer que, por mais que as ordens mendicantes tenham surgido como um protesto frente às diferenças sociais que estavam presentes, elas não foram alheias à necessidade de terem propriedades privadas e dinheiro para o sustento de seus membros. Por essa razão, os mendicantes puderam, não só estudar, como também expor suas teorias nas universidades e ser presença da Igreja no mundo intelectual.

Mais à frente, ocorreriam transformações radicais para a vida social e eclesial. Por exemplo, a burguesia começou a triunfar sobre o feudalismo e o Papa começou a precisar de sacerdotes que não estivessem ligados a uma casa por voto de estabilidade. Isso era muito importante em zonas de missão, já que até elas o monge não chegava. É quando muda a concepção do homem religioso: o monge começa a ser frade e se prepara para combater as heresias e fraternizar com a gente do povo e da cidade.

Os centros mais importantes para que isso se fizesse realidade encontravam-se na cidade, em especial nas escolas, a partir das quais se exerce uma influência

¹⁸ Cf. A. Martínez Cuesta, *Historia...* 370.

¹⁹ Cf. J. Orlandis, *Historia de la Iglesia. I. La Iglesia antigua y medieval*, Palabra, Madrid 1986, 294-296.

²⁰ Cf. A. Martínez Cuesta, *Historia...* 105.

cultural fundamental. Nas escolas, ensinavam-se as artes liberais. A educação estava em mãos da Igreja e, por isso, a teologia figurava como disciplina-mor.

Podemos dizer que o maior representante da tendência agostiniana, e o primeiro a iniciar essa corrente filosófico-teológica, foi Alexandre de Hales, franciscano, mestre de São Boaventura, que a ele sucederia em sua cátedra. São Boaventura foi um grande pregador, asceta, contemplativo e profundo filósofo e teólogo. Outro importante representante dessa escola foi João Duns Escoto, metafísico, teólogo e matemático que avantajou notavelmente os sábios de seu tempo²¹. O movimento científico franciscano não se restringiu unicamente à teologia e à filosofia, mas transcendeu às ciências humanas e naturais.

Não só a Ordem dos Frades Menores daria, contudo, homens preparados cientificamente à Igreja e à humanidade. Os dominicanos deram também uma resposta aos questionamentos mais transcendentais através de seus comentários aos *Livros das sentenças* e de suas sumas. Sobressaiu nesse trabalho Alberto Magno, que sistematizou e interpretou os escritos de Aristóteles, traduzidos para o latim, amoldando-os ao sentido da Igreja. Foi o primeiro a distinguir, dentro dos limites da ortodoxia, as atribuições da teologia e da filosofia.

O maior homem da escolástica foi Tomás de Aquino, discípulo de Alberto. Este santo era partidário de introduzir a filosofia na teologia e de cristianizar Aristóteles. Foi um grande compilador da filosofia aristotélica, não apenas em sua *Suma de Teologia*, mas também em outros diversos escritos.



²¹ Cf. L. Adao, *Historia Universal. V. La cristiandad medieval*, EUNSA, Pamplona 1979, 271.



3. UNA CONCLUSIÓN, PERO NO UN FINAL

No interior de um contexto escolástico e humanista, o acercamento aos primeiros passos de cinco estilos de vida religiosa, típicos do medievo, serve para captar alguns elementos dos desenvolvimentos da vida comunitária, experiência vital que se converteu em resposta à realidade individualista que marcava a sociedade daquele então, máxime quando as contínuas lutas feudais eram o pão de cada dia. Além disso, com o surgimento desses estilos de vida, pôs-se uma espécie de contrapeso à experiência monacal, fundamentalmente beneditina, que possuía parâmetros bastante diferentes para a compreensão da vida comunitária: uma vida em silêncio e contemplação com muito poucos espaços para compartilhar em comunidade.

Desde a nossa compreensão, os primeiros desenvolvimentos da vida comunitária na espiritualidade mendicante deixam entrever a necessidade da harmonia entre os integrantes de uma comunidade pequena, que vivia em casas pequenas (daí o nome de conventos), de onde se oferecia um testemunho credível de uma força espiritual carismática que lentamente propunha um novo modelo de sociedade e de Igreja. Uma Igreja mais entregue à ação que à contemplação, mas sem ignorar esta última. Pelo contrário, da contemplação se tomava a força necessária para exercer um apostolado que abarcava, entre outros elementos, a primeira evangelização e a cristianização da cultura.

Outro elemento da vida comunitária que se desenvolveu no interior da espiritualidade mendicante foi a inserção e participação na vida do povo, máxime quando a experiência religiosa cristã marcava a vida deste. Isso era tão profundo que, em várias oportunidades, havia um profundo sentido de pertença, de identidade, tanto do religioso em relação ao povo, como do povo em relação ao religioso. Estabelecia-se assim um ritmo dialético muito interessante, que nem sempre é bem conhecido, mas que poderia ser um elemento a levar em conta num processo de revitalização, porque, sem raízes profundas, é muito complicado fortalecer a fixação do Evangelho e fortalecer-se como religioso.

O passar dos séculos ensina que esses desenvolvimentos nem sempre foram bem vividos por diversas circunstâncias; o que não quer dizer que se tenha perdido o ideal primeiro, e sim que o mesmo foi opacado, porque os protagonistas de turno não souberam sempre estar à altura das necessidades e, nas oportunidades que tiveram, acabaram abaixo das exigências da história e dos compromissos comunitários adquiridos.

Frei José Uriel Patiño
Instituto de Espiritualidade e História
Colômbia

